

I

PERFIL DAS COMUNIDADES

A QUESTÃO DO CONTATO LINGUÍSTICO

**FABIANE DE MELLO VIANNA DA ROCHA
TEIXEIRA RODRIGUES DO NASCIMENTO**

1. INTRODUÇÃO

A linguagem é uma espécie de comportamento social, uma das maneiras empregadas pelos indivíduos para interagir (cf. HOLM, 2004: 1). Como fato histórico, as línguas surgem, convivem, desaparecem, reinventam-se e funcionam em condições específicas (cf. ORLANDI, 2014: 211). Elas se submetem a processos naturais de mudança, mas os fatores relativos à sua atuação lhes conferem uma complexidade, acentuada na investigação de regiões multilíngues.

Reconhecendo a relevância do contato interlinguístico para o tratamento das variedades do Português faladas em África, este capítulo discute a questão, concentrando-se, sobretudo, no processo de criouliização. Mais especificamente, em um primeiro momento, expõem-se algumas informações sobre a origem do campo científico em destaque (seção 2). A seção 3 concentra-se em aspectos sociolinguísticos comuns aos contextos em que línguas crioulas emergem, ressaltando os pontos linguísticos (3.1) e sócio-históricos (cf. seção 3. 2) convergentes. Encerram o capítulo as principais hipóteses que norteiam a crioulogênese (seção 4) e algumas considerações finais (seção 5).

2. A EMERGÊNCIA CIENTÍFICA DO CONTATO LINGUÍSTICO

O contato linguístico¹ suscitou interesse muito antes do século XIX, quando emergiram os primeiros tratados científicos sobre linguagem², mas destacou-se, naquele momento, no âmbito da linguística histórica, pois diversos trabalhos abordaram a questão ao debaterem a natureza das mudanças (cf. SCHMIDT, 1872; MULLER, 1861; SCHUCHARDT, 1882, entre outros). A maneira como o convívio entre falares afeta a gramática das línguas era obscura e o modelo tradicional histórico-comparativo a explicava, distinguindo situações de transmissão regular e irregular (cf. THOMASON; KAUFMAN, 1988: 11; LUCCHESI; BAXTER; RIBEIRO, 2009). Segundo Lucchesi; Baxter; Ribeiro (2009: 101), esta última designa processos históricos de intenso contato interétnico, ocorridos entre os séculos XVI e XIX, quando, em virtude do colonialismo europeu em diferentes partes do mundo (África, Ásia e América), falantes de línguas distintas dividiram o mesmo território. Era comum a língua de superstrato, falada pelo grupo dominante, se tornar alvo da população adulta subjugada e marginalizada. O segundo idioma, aprendido de modo precário e defectivo, servia de modelo para a construção da língua materna das futuras gerações, à proporção que as camadas dominadas se distanciavam de suas origens. Trata-se, pois, de um processo irregular de nativização da língua-alvo, pois o *input* disponível aos falantes nativos da nova sociedade é repleto de lacunas e de reanálises gramaticais, correspondendo a “versões de segunda língua desenvolvidas entre os falantes adultos”. Em contrapartida, na chamada transmissão geracional regular, os dados linguísticos a que a criança se expõe são extraídos da língua materna de seus pais, sendo, portanto, mais completos. Assim, pode-se dizer que, sem descartar a interferência de fatores externos no passado, a difusão regular (cf. MULLER, 1861; MEILLET, 1921; OKSAAR, 1972a, entre outros) se pauta na reconstrução de uma só afiliação genética; envolve, majoritariamente, uma única fonte; e altera a gramática de modo paulatino. Ressalta a impenetrabilidade estrutural, ou seja, a rara ou nula combinação de vernáculos e a evolução dos sistemas, desde uma origem singular e o desenvolvimento de fatores puramente internos ao longo do tempo (cf. WINFORD, 2003: 7). Em contrapartida, na transmissão irregular (cf. WHITNEY, 1881; SCHUCHARDT, 1882, entre outros) salienta-se a legitimidade da mistura (cf. WINFORD, 2003: 6-7), viabilizando a “formação de uma língua historicamente nova, denominada

¹ Este capítulo foi integralmente reproduzido da tese de Nascimento (2018).

² De acordo com Winford (2003: 6), a temática era frequente entre estudantes de línguas muito antes do século XIX. Por exemplo, em 1666, G. Lucio discute a mistura de dialetos croatas e românicos na Dalmácia, com base em registros do século XIV (cf. SCHUCHARDT, 1884: 30 *apud* WINFORD, 2003: 6).

“língua crioula”, ou a simples formação de uma nova variedade histórica da língua de superstrato, que não deixa de apresentar processos de variação e mudança induzidos pelo contato”³ (LUCCHESI; BAXTER; RIBEIRO, 2009: 101).

Paralelamente aos debates apontados, desenvolveu-se uma consistente tradição de pesquisa sobre o assunto. Em 1928, Trubetzkoy definiu o conceito de “união de línguas” ou “área linguística” (“Sprachbund”) e iniciou os estudos sobre o tema ao redor do mundo. A maioria dos tratados considerava i) áreas geográficas específicas; ii) processos linguísticos, tipos de alteração e de restrição motivados pelo contato entre falares diversos; iii) empréstimos lexicais; iv) a influência das variedades de substrato na mudança; além de v) casos particulares de línguas mistas, relativos à comutação de códigos bilíngues ou à formação de *pidgins* e de crioulos⁴ (cf. WINFORD, 2003: 7-8). Comprovando a importância de aliar componentes estruturais e socioculturais, às postulações assinaladas somaram-se informações a respeito do contexto social em que o contato se efetiva. As contribuições de áreas como a antropologia, a sociologia da linguagem, a sociolinguística e a psicologia conferiram-lhe um *status* interdisciplinar decisivo na sua promoção a campo teórico. Finalmente, em junho de 1979, o Primeiro Congresso Mundial sobre Contato e Conflito Linguístico, realizado em Bruxelas, inaugurou a vertente (cf. NELDE, 1997 *apud* WINFORD, 2003: 9). Na época, Haugen e Weinreich, particularmente o último, se destacaram ao proporem a abordagem do contato linguístico em sua configuração social (cf. WINFORD, 2003: 9). Aprofundando as investigações, Thomason; Kaufman (1988) se engajaram em resolver antigas controvérsias sobre influências e mecanismos externos e internos ao desenvolvimento de códigos de comunicação. A emergência do método deveu-se, assim, primariamente ao esforço de tais pioneiros (cf. WINFORD, 2003: 9), devido à inexistência de teorias abrangentes sobre o assunto até Weinreich (1953) (cf. CLYNE, 1987: 456 *apud* WINFORD, 2003: 9).

³ Contraopondo-se a essas visões, estudos mais recentes (cf. MUFWENE, 2001; WINFORD, 2003, entre outros) disseminam a tese de todas as línguas se submeterem a algum tipo de combinação. Sobre o assunto, Winford (2003: 7) adverte: “os processos de mudança existentes em línguas fortemente mistas tais como crioulos podem ser encontrados em vários níveis nos casos da chamada transmissão ‘normal’. (...) É (...) lamentável que a mudança induzida pelo contato e seus resultados sejam, todavia, vistos por alguns como secundários, e até mesmo marginais, para as buscas centrais da linguística histórico-comparativa”.

⁴ O termo “crioulo” advém do nome português “cria”, derivado da palavra latina *creare* (*criar*). Usado, a princípio, para se referir a um animal domesticado, passou a denotar “escravos nascidos e criados numa colônia da América, por oposição aos nascidos em África” (MOTA, 1996: 525), incluindo mais tarde qualquer mestiço nativo de uma sociedade de base escravocrata e, por conseguinte, suas línguas maternas.

Rejeitando o pensamento tradicional de que o bilinguismo e o convívio entre vernáculos não constituem uma disciplina científica (cf. APPEL; MUYSKEN, 1987: 7 *apud* WINFORD, 2003: 9), Winford (2003: 9) os insere em um campo de estudo específico com temas e objetivos próprios e uma metodologia eclética que envolve abordagens variadas como áreas da sociolinguística e o método histórico-comparativo, por exemplo. De acordo com Weinreich (1953: 5), a interferência entre códigos é estimulada ou bloqueada por fatores estruturais e não estruturais.

Os fatores estruturais são aqueles que se originam na organização de formas linguísticas em um sistema definitivo, diferente para cada língua (...). Os fatores não estruturais são derivados do contato do sistema com o mundo exterior, da familiaridade dos indivíduos com ele, do valor simbólico que (...) é capaz de adquirir e das emoções que pode evocar⁵.

Se múltiplas realidades promovem resultados diversos, cabe à abordagem mais interdisciplinar sustentar e impulsionar a teoria em pauta (cf. WINFORD, 2003: 9). Para a melhor compreensão da natureza e direcionalidade da mudança, devem-se especificar os contextos sociais em que o contato pode ocorrer e examinar o comportamento discursivo dos envolvidos na situação. Trata-se de prever casos de intervenção em uma comunidade bilingue ou multilíngue, definir a estrutura dos falares coexistentes (cf. WEINREICH, 1953: 86) e desvendar as motivações, linguísticas e sociais, das consequências do contato entre falantes de línguas distintas (cf. WINFORD, 2003: 10-11). As próximas seções focalizam o processo de crioulogização, entre outros possíveis produtos do convívio interétnico.

3. CRIOULOGÊNESE: PANORAMA SOCIOLINGÜÍSTICO

Estudos sugerem a relação entre a colonização de terras, o multilinguismo e a crioulogênese. Na era colonial, o convívio entre colonizadores e subjugados e a diversidade linguístico-cultural em um mesmo território compunham uma realidade heterogênea prejudicial para a eleição de um falar oficial. Ao idioma dos europeus (variedade de superstrato ou dominante) costumava-se atribuir um maior prestígio. Representando um alvo de difícil acesso, ele coexistia com as línguas nativas mutuamente ininteligíveis dos povos dominados (variedades mar-

⁵ Tradução de “The structural factors are those which stem from the organization of linguistic forms into a definite system, different for every language (...). The non-structural factors are derived from the contact of the system with the outer world, from given individuals’ familiarity with the system, and from the symbolic value which (...) is capable of acquiring and the emotions it can evoke”.

ginalizadas ou de substrato), e da necessidade de comunicação imediata surgia um vernáculo, que migrava de segunda língua para primeira, ao se efetivar como língua materna das gerações descendentes (cf. BANDEIRA, 2017: 103).

A ausência de um código comum levava os envolvidos a realizarem adaptações entre os falares coexistentes e delas teriam derivado os chamados *pidgins*. Segundo Winford (2003: 268), eles surgiam

para facilitar a comunicação entre grupos de diferentes famílias linguísticas em contextos restritos tais como comércio, trabalho forçado, e outros tipos de contato marginal. (...) Por definição, (...) são criações adultas, que envolvem (...) aprendizagem e adaptação seletiva dos recursos (...) reminiscentes daqueles encontrados na aquisição de uma segunda língua por adultos.⁶

Representam, então, “vernáculos de contato caracterizados por vocabulário e estrutura fortemente reduzidos, que são nativos para uns, e servem como língua franca”⁷ em determinadas situações (WINFORD, 2003: 270). Constituem-se de um inventário lexical repleto de itens genéricos, frequentemente ambíguos e polissêmicos. A expansão do léxico pode, ainda, resultar da “composição, extensão metafórica ou simples empréstimo de palavras da L1 dos falantes ou de uma língua estrangeira”⁸ (DRESCHER’S, 1996 *apud* WINFORD, 2003: 276). Já a fonologia apresenta um conjunto limitado de unidades distintivas, de restrições e de processos, aparentemente resultantes da eliminação de fones e de fonemas não compartilhados pelas línguas em contato, sobretudo daqueles restritos à língua lexificadora principal, que se distanciam da L1 dos aprendizes (cf. WINFORD, 2003: 277-278).

Na crioulistica, é comum relacionar *pidgins* a crioulos, interpretando estes como formas complexas e nativizadas daqueles. Muitos autores defendem a difusão de um *pidgin* como língua materna de uma comunidade e sua evolução, especialmente no discurso de crianças que passam a adotá-lo como primeira língua⁹.

⁶ Tradução de “to facilitate communication between groups of different linguistic backgrounds in restricted contexts such as trade, forced labor, and other kinds of marginal contact. (...) By definition, (...) are adult creations, involving processes of learning and selective adaptation of (...) resources (...) reminiscent of those found in adult SLA”.

⁷ Tradução de “contact vernaculars characterized by highly reduced vocabulary and structure, which are native to no one, and serve as lingua franca”.

⁸ Tradução de “compounding, metaphorical extension or simple borrowing of words from the speaker’s L1 or a foreign language”.

⁹ Partindo do pressuposto de que diferentes realidades promovem resultados diversos, Bickerton (1984 *apud* HOLM, 2004: 10) propõe um índice de pidginização, a fim de mensurar a proximidade e o distanciamento das novas línguas de suas fontes. Para o autor, os níveis de afasta-

Por seu turno, outros acrescentam a produção de versões do superstrato como segunda língua, nos estágios iniciais do contato (cf. MUFWENE, 1996a, 1996b; CHAUDENSON, 1989, 1995 *apud* WINFORD, 2003: 332). Os crioulos resultariam da tentativa de adquirir aquele sistema, em meio à escassez de *input* nativo, por razões diversas. A princípio, elaborar-se-ia uma variedade elementar da língua alvo, pautada no processamento do *input* disponível (cf. WINFORD, 2003: 333). Com o acesso cada vez mais limitado às formas originais de referência, o vernáculo passaria a integrar elementos das línguas nativas dos aprendizes, submetendo-se a estratégias compensatórias de processamento (cf. WINFORD, 2003: 334).

A elaboração da gramática crioula envolve um processo complexo de reestruturação, em que os criadores partem da variedade lexificadora, alterando-a ao longo do tempo (cf. WINFORD, 2003: 333). Costuma-se explicar a reestruturação em termos de “relexificação/reanálise” (cf. LEFEBVRE, 1986; LUMSDEN, 1999) ou de “transferência” (cf. SIEGEL, 2003; WEKKER, 1996). Para Winford (2003: 345), ambas se referem a uma reestruturação psicolinguística. No entanto, a

transferência vê os efeitos da influência da L1 da perspectiva da (versões dos aprendizes da) TL [língua alvo], focalizando as maneiras como o *input* (...) é mudado sob essa influência. O cenário da relexificação vê o processo mais da perspectiva da L1 (*input*), focalizando como os itens da L2 são incorporados no sistema dos aprendizes como rótulos para categorias semânticas/funcionais derivadas da L1.(...) Não são em princípio diferentes da retenção das formas lexicais (e às vezes gramaticais) óbvias da L1, que ocorrem tanto na LSA [aquisição de uma segunda língua] (...) quanto na formação de crioulos¹⁰.

A interferência de fatores externos (sociais, políticos, econômicos e culturais) e internos (linguísticos) no processamento dos dados da língua-alvo, disponibilizados aos aprendizes e utilizados por eles na construção de sua interlíngua, é inerente às elaborações de *pidgins* e de crioulos e à aquisição de uma

mento entre os vernáculos emergentes e suas origens podem ser evidenciados tanto no começo quanto no fim do processo de reestruturação.

¹⁰ Tradução de “Transfer views the effects of L1 influence from the perspective of (learner versions of) the TL, focusing on the ways in which input (...) is changed under that influence. The relexification scenario views the process more from the perspective of the L1 (*input*), focusing on how L2 items are incorporated into the learner system as labels for L1-derived semantic/functional categories. (...) are in principle no different from the retention of overt L1 lexical (and sometimes grammatical) forms, which occurs in both LSA (...) and creole formation”.

segunda língua qualquer. Em ambos os casos, desenvolvem-se estruturas funcionais, a partir de informações extraídas da L1 e da L2, o que pode acarretar inovações singulares. Conforme defende Buren (1996: 190), o processo fundamenta-se na sobreposição de uma gramática antiga por novas: o contato com dados relevantes gera a necessidade de acomodar o novo *input*, de que deriva a reestruturação da gramática atual. Na crioulogênese, as mudanças internamente motivadas parecem reproduzir reestruturações de *inputs*, tanto do substrato quanto do superstrato, ambas submetidas a princípios universais de aquisição (cf. WINFORD, 2003: 338). As restrições na habilidade de os indivíduos processarem o *input* da L2 levariam a estratégias de redução e de simplificação. Ressalta-se, entretanto, que, independentemente da variedade a que estejam expostos, todos os recursos das L1s envolvidas na criação de línguas crioulas lhes são disponibilizados, caso precisem compensar o domínio limitado da língua alvo (cf. WINFORD, 2003: 341). Partindo desses pressupostos, a gramática crioula tem sido descrita como reflexo dos parâmetros menos marcados do *input*, da “facilidade de percepção” (“*ease of perception*”), da “facilidade de aprendizagem” (“*ease of learning*”) ou da necessidade de transparência semântica. São hipóteses que explicam alguns de seus princípios, a saber: o isomorfismo entre forma e função (uniformidade); o máximo emprego de regras menos específicas (universalidade); e o mínimo processamento para garantir, através da semântica, estruturas superficiais ou vice-versa (simplicidade) (cf. WINFORD, 2003: 347).

Como os crioulos derivam da associação, em diferentes graus, de características da língua dos colonos e da(s) língua(s) do(s) subalterno(s), constata-se comportamentos diferentes em uma mesma colônia, ao longo de sua diacronia, e entre colônias de natureza plural, em uma mesma sincronia. Segundo Mintz (1971 *apud* WINFORD, 2003: 312), esses territórios se distinguem quanto: i) ao controle exercido pelas potências europeias sobre a população subalterna; ii) aos códigos usados pelos escravos; e iii) às ideologias das classes dominantes. Em contrapartida, verificam-se similaridades entre as línguas ali faladas, sobretudo, por resultarem de “influências do superstrato e/ou substrato”; de estratégias de “simplificação e gramaticalização”; e da “difusão” ou “migração de falantes crioulos de uma área a outra”¹¹ (WINFORD, 2003: 308). As múltiplas realidades de que se originam geram peculiaridades entre as línguas de contato e dificultam o estabelecimento de tendências, mas a comparação entre os crioulos evidencia convergências de ordem estrutural (cf. seção 3.1) e sócio-histórica (cf. seção 3.2).

¹¹ Tradução de “superstrate and/or substrate influence, (...) simplification and grammaticalization (...) diffusion, (...) creoles speakers migrated from one area to another”.

3.1 As línguas crioulas: tendências linguísticas

À semelhança dos *pidgins*, nos crioulos, o léxico costuma derivar em grande parte do vocabulário da língua dominante (cf. WINFORD, 2003). Certas palavras selecionadas do superstrato passam a representar categorias morfológicas e sintáticas, após se submeterem a processos de gramaticalização ou gramaticização, nos termos de Winford (2003: 350)¹². Ao mesmo tempo,

alguns itens (...) têm suas formas fonológicas e significados bastante preservados (...). A maioria deles vem de dialetos regionais introduzidos por colonizadores e servos no período inicial de colonização. Mas um número significativo (...) vem da chamada língua ‘náutica’, usada pelos marinheiros e outros navegantes¹³ (WINFORD, 2003: 321).

Atesta-se, também, a influência do substrato no inventário lexical, em reanálises semânticas e categóricas das formas originais e na presença de léxico oriundo das línguas dos subalternos. Dessa maneira,

a riqueza dos padrões derivacionais dos crioulos contradiz o mito (...) da ausência de limites morfológicos, uma ideia que sem dúvida surgiu devido à escassez geral de morfologia inflexional (...) resultado de processos de simplificação que crioulos emergentes compartilham com *pidgins* ou (inicialmente) variedades de segunda língua”¹⁴ (WINFORD, 2003: 322).

A comparação entre alguns códigos revela certa variação na incidência das estratégias de simplificação. Por conseguinte, ao mesmo tempo em que, na maioria dos falares, os sistemas pronominais tendem a preservar apenas a distinção de número, sendo desprovidos de caso e de gênero, há variedades mais complexas,

¹² Para o autor, a gramaticalização envolve mudanças graduais internamente motivadas e inclui, de fato, os resultados de mecanismos como a mudança sonora, a reanálise ou analogia. Partindo do pressuposto de que, nas línguas crioulas, esses fenômenos não são graduais, resultando de mudanças relativamente rápidas promovidas “por influências externas (usualmente do substrato), (...) opostas a motivações puramente internas à linguagem”, ele os classifica como fenômenos de gramaticização.

¹³ Tradução de “many (...) items have their phonological shapes and meanings fairly well preserved (...). Most of these come from the regional dialects introduced by settlers and servants in the early period of colonization. But a significant number (...) came from so-called ‘nautical’ language, used by sailors and other seafarers”.

¹⁴ Tradução de “The richness of creole derivational patterns belies the myth (...) lack bound morphology, an idea that no doubt arose because (...) generally lack inflectional morphology. (...) result of processes of simplification that emergent creoles share with pidgins, or (early) second language varieties”.

aparentemente por influência do substrato. É o caso do Lung'le e de outras línguas autóctones do Golfo e da Alta da Guiné, que distinguem, por exemplo, no quadro pronominal, formas enfáticas de não enfáticas e acentuadas das átonas (cf. HOLM, 1988: 202 *apud* WINFORD, 2003: 323). No que concerne à morfossintaxe,

talvez a área mais debatida e melhor conhecida (...) dos crioulos seja seu sistema TMA. Com muito poucas exceções, os crioulos expressam significados temporal, modal e aspectual por marcadores pré-verbais. (...) As surpreendentes similaridades levam alguns estudiosos (...) a proporem que um certo inventário bem como uma ordem fixada (T-M-A) de marcadores pré-verbais são definidores dos crioulos. Para tais estudiosos, isso é evidência de que todos os crioulos de fato descendem de um ancestral comum, talvez um *pidgin* português¹⁵ (a respeito da hipótese monogenética, cf. seção 4) (WINFORD, 2003: 324,326)

Grande parte da fonologia dos crioulos parece resultar de reinterpretções, em níveis variados, do superstrato. Os poucos estudos existentes sobre a temática revelam que os falantes tendem a preservar os sons coexistentes nas variedades em contato e, em casos de divergência, pautam-se em regras gerais e nas categorias fonéticas de suas línguas maternas. Frequentemente, incluem na estrutura segmental consoantes plosivas /p t k b d g/ e nasais /m n/. Na existência de diferenças entre elas, os fonemas do superstrato são substituídos por equivalentes encontrados no substrato, o que parece esclarecer, por exemplo, substituições como /b/ por /v/, /t/ por /θ/, /d/ por /ð/, /l/ por /r/ (cf. WINFORD, 2003: 319). No sistema vocálico, “praticamente todos os crioulos têm pelo menos as cinco vogais /i e a o u/, apesar de alguns terem /ɛ/ e /ɔ/”¹⁶. São comuns, enfim, “a simplificação de grupos consonantais tanto iniciais quanto finais”; e “o uso da paragoge (a adição de uma vogal especialmente às raízes europeias que terminam em uma consoante)”¹⁷ (WINFORD, 2003: 320).

¹⁵ Tradução de “perhaps the best-known and most debated área of creole (...) is their TMA systems. With very few exceptions, creoles express temporal, modal, and aspectual meanings via pre-verbal markers. (...) The striking similarities led earlier scholars (...) to propose that a certain inventory as well as a fixed (T-M-A) ordering of pre-verbal markers were definitive of creoles. For such scholars, this was evidence that all creoles were in fact descended from a common ancestor, perhaps a Portuguese pidgin”.

¹⁶ Tradução de “practically all creoles have at least the five vowels /i e a o u/, though some have /ɛ/ and /ɔ/”.

¹⁷ Tradução de “simplification of both initial and final consonant clusters. (...) the use of paragoge (the addition of a vowel especially to European stems that end in a consonant)”.

Talvez no âmbito da sintaxe se verifique a maior distância entre *pidgins* e crioulos. Estes códigos apresentam estruturas mais elaboradas do que aqueles, utilizando “regras de movimento, estratégias de relativização, vários tipos de complementação, e outras formas de subordinação”¹⁸ (WINFORD, 2003: 326). Para Winford (2003: 326), os recursos sintáticos atestados são diferentes dos presentes nos lexicadores. A correspondência entre crioulos mais radicais e seus substratos indica o envolvimento, na constituição da gramática, da “retenção de padrões sintáticos abstratos, aos quais foram incorporadas formas lexicais derivadas do superstrato”¹⁹. Descartadas certas exceções, eles tendem a preservar muitos elementos da gramática das L1s dos criadores e as divergências encontradas refletem ora essa influência ora desenvolvimentos internos específicos. Em casos particulares como o do crioulo da Guiné-Bissau, a preservação do substrato ao longo do tempo pode estar, parcialmente, relacionada à contínua coexistência da língua emergente com as línguas dos povos dominados (cf. WINFORD, 2003: 336).

Pidgins e crioulos “não são versões corruptas ou agramaticais de sua(s) fonte(s) linguística(s), mas sim, línguas legítimas com uma gramática própria”²⁰ (WINFORD, 2003: 269). As contribuições das variedades dominante e dominadas, respectivamente, na formação do léxico e da gramática dos crioulos, são reconhecidas pela literatura. No entanto, pesquisas têm indicado a frequente coatuação dos dois tipos de *input* nesses processos, revelando que, também, absorvem informações lexicais e estruturais dos substratos, embora essa reprodução não seja exata (cf. WINFORD, 2003: 334). A depender do caso e da interpretação, sua estrutura funcional pode, também, refletir a gramática universal do falante e, em situações peculiares, a língua dominante do território em que surge (cf. seção 4).

Por tais razões, nos últimos anos, tem-se reafirmado a impossibilidade de diferenciar línguas crioulas e não crioulas, com base em suas características estruturais (cf. BANDEIRA, 2017: 107; PRATAS, 2002; BANDEIRA, 2013). Persistindo na tentativa de reuni-las em uma classe linguística identificável, estudiosos partiriam, portanto, de critérios sócio-históricos por natureza (cf. WINFORD, 2003: 308). Como será ressaltado adiante, sob essa perspectiva é a história dos falantes e não a estrutura da linguagem, o primeiro fator determinante para o resultado do contato entre sistemas distintos (cf. HOLM, 2004: 29).

¹⁸ Tradução de “movement rules, relativization strategies, various types of complementation, and other forms of subordination”.

¹⁹ Tradução de “the retention of abstract substrate syntactic patterns, into which superstrate-derived lexical forms were incorporated”.

²⁰ Tradução de “are not corruptions or ungrammatical versions of their source language(s), but rather legitimate languages with a grammar of their own”.

3.2 Panorama sociolinguístico da emergência de línguas crioulas: tendências gerais

Do ponto de vista sócio-histórico, os crioulos surgem como códigos nativos de sociedades específicas, como a língua materna de uma população monolíngue ou uma das variedades de falantes multilíngues (cf. BANDEIRA, 2017: 104). São produtos do contato entre indivíduos plurais, linguística, cultural e etnicamente (cf. AFONSO, 2009: 32), que

emergem em configurações coloniais no Novo Mundo, no Oceano Índico e no Oeste da África, onde potências europeias sujeitaram Africanos, Asiáticos e outras populações a suas regras no intervalo entre os séculos XV e XIX. Eles foram criados por escravos e outros grupos subordinados que moldavam materiais das línguas coloniais e suas línguas maternas em um novo meio de comunicação. Eventualmente, (...) vêm a funcionar como vernáculos de uma comunidade adquiridos por crianças como primeiras línguas²¹ (WINFORD, 2003: 304).

As trajetórias dos territórios decorrentes da expansão marítima europeia se entrecruzam e indicam a incidência de processos recorrentes, na evolução de novos vernáculos (cf. MUFWENE, 1996: 107). Através de adaptações nas técnicas empregadas pelo método histórico-comparativo à realidade peculiar descrita (cf. DEGRAFF, 2009), eles têm sido definidos e agrupados com base nas coincidências em seu desenvolvimento, a saber: “o isolamento geográfico; o desequilíbrio na demografia; as diferenças na divisão de trabalho e funções entre os cativos (...); a intensidade do contato entre” colonizadores e escravizados; e o papel ativo dos últimos na sociedade (BANDEIRA, 2017: 106). Trata-se de

línguas de contato que emergiram primariamente em áreas de plantação em várias colônias europeias ao redor do mundo. Tais configurações compartilham um número de características sociopolíticas e demográficas, incluindo o uso de um grande número de escravos que foram transportados de suas terras natais e colocados sob o controle de uma pequena minoria de europeus²² (WINFORD, 2003: 308).

²¹ Tradução de “emerged in colonial settings in the New World, the Indian Ocean, and West Africa, where European powers subjected African, Asian, and other populations to their rule in the course of the fifteenth through nineteenth centuries. They were created by slaves and other subordinated groups who fashioned materials from the colonial languages and their own mother tongues into new media of communication. Eventually, (...) came to function as community vernaculars acquired by children as first languages”.

²² Tradução de “contact languages that emerged primarily in plantation settings in various European colonies throughout the world. Such settings shared a number of sociopolitical and demo-

Evoluíram em espaços de exploração da força de trabalho, de dominação política de um grupo sobre outro. Naqueles ambientes, era frequente aniquilarem-se comunidades, submetendo-as a um novo código linguístico e exilando-as nos chamados ambientes-ilha (BANDEIRA, 2017: 102-103). Nas palavras de Araújo (2011: 12), esses espaços correspondem a

uma ilha propriamente dita, uma fazenda do tipo *plantation* (com o isolamento da população subjugada), um barracão (tanto um galpão na África, onde os escravos chegavam a esperar até dois anos pela chegada dos navios-negreiros que os levariam à América ou os barracões dos entrepostos comerciais, como os encontrados em Curaçao) ou uma fortaleza.

Dos contextos de isolamento supracitados derivam três tipos de crioulos atlânticos: os crioulos de *plantation*, os crioulos de fortaleza e os crioulos de quilombo (cf. BICKERTON, 1988). Os dois primeiros surgiram, respectivamente, em fazendas agroindustriais e em fortalezas ou entrepostos da costa oeste africana, onde os europeus realizavam atividades comerciais. Já os crioulos de quilombo incluem variedades isoladas dos núcleos de colonização, faladas por comunidades de escravos fugidos das plantações (cf. ARENDS, 1995: 16). Para Arends (1995), as semelhanças estruturais entre os vernáculos de *plantation* e de quilombo apontam que aqueles teriam originado estes, embora haja indícios de que o isolamento da comunidade quilombola das colônias tenha afastado as pressões linguísticas europeias e permitido um desenvolvimento mais livre de sua língua.

Interfere, também, na emergência de uma variedade de contato a demografia da região de ascendência. Nos espaços de colonização europeia, era muito destoante o número de colonos e de colonizados, sendo a última camada da população mais representativa (cf. ARENDS, 1995: 19). Por outro lado, quase todos os colonizados eram escravos oriundos de várias regiões, falantes de línguas consideradas inferiores, a quem se atribuíam funções na sociedade. A alguns cabiam atividades exclusivas das plantações (escravos de campo), enquanto outros desempenhavam tarefas domésticas nas casas dos colonos (escravos de casa) e outras práticas como a caça e a pesca. Ademais, poucos cativos atuavam como feitores, preenchendo uma posição intermediária entre brancos e negros. Eles eram responsáveis por castigos, pela imputação de atividades e pelo julgamento da capacidade de doentes preservarem ou retomarem suas funções.

Os cargos exercidos pelos escravos refletiam-se no seu *status* na comunidade e no grau de interação linguística entre eles e os colonizadores (cf. ARENDS,

graphic characteristics, including the use of large numbers of slaves who were transplanted from their homelands and placed under the control of a small minority of Europeans”.

1995: 19). Arends (1995: 20) sugere que os feitores ocupariam a posição mais alta de uma hierarquia, sendo sucedidos, respectivamente, pelos escravos de casa, de plantação e improdutivos. Entre a população cativa e os colonos das plantações estariam os chamados “mulatos”, descendentes das relações entre homens brancos e subjugadas. Por vezes, eles eram encaminhados às cidades para atuar nos lares de europeus e, uma vez reconhecidos pelos pais, se tornavam livres. Juntamente com os demais alforriados, a classe representava um estrato intermediário em ascensão, localizado entre a camada restrita de europeus e a grande quantidade de cativos africanos (cf. ARENDS, 1995: 20-21).

Ao longo do tempo, a população subalterna se redistribuiu em boçais (recém-chegados da África), ladinos (veteranos de regiões alheias à colônia) e crioulos (nascidos em cativeiro). Como era comum escravos e não colonizadores transmitirem a língua veicular, a divisão influencia na promoção das línguas de contato (cf. BANDEIRA, 2017: 105). Ao aportarem nas colônias, os boçais traziam consigo uma ou mais línguas africanas. Aos ladinos cabia apresentar-lhes o falar local, enquanto os crioulos o adquiriam como língua materna (geralmente uma língua crioula), mediante o convívio com seus pais e pares. Segundo Arends (1995: 21), em alguns territórios como o Suriname, no começo, a estabilidade das línguas autóctones foi prejudicada pelo intenso fluxo migratório e pelas altas taxas de mortalidade de escravos. Além disso, paulatinamente, crescia o número de cativos nascidos nas colônias e os boçais passaram a ensinar a língua aprendida e utilizada como L2. Esclarece-se, pois, que o novo modelo de aquisição, a segunda língua dos boçais, representava uma variedade muito alterada da língua original.

Os espaços em foco eram marcados por intenso desequilíbrio social e pelo maior prestígio da língua dominante. Sobre o assunto, Winford (2003: 313) alega:

em cada colônia, existiam diferenças no privilégio e status entre as (...) categorias de escravos. Escravos domésticos tinham mais contato com europeus e presumivelmente aprendiam como segunda língua as variedades linguísticas dos últimos. Escravos qualificados tinham mais liberdade de movimento que aqueles que trabalhavam nos campos. Em alguns casos tais diferenças levam a um contínuo linguístico abrangendo desde variedades do superstrato como segunda língua até crioulos altamente divergentes. Similarmente, os crioulos que surgiram em diferentes colônias formam uma espécie de continuum com crioulos mais “radicais” (...) mais afastados dos seus lexificadores, e crioulos intermediários (...) mais próximos²³.

²³ Tradução de “in each colony, there were differences in privilege and status among (...) categories of slaves. Domestic slaves had more contact with Europeans and presumably learnt second language varieties of the latter’s languages. Skilled slaves had more freedom of movement than

Muitas vezes, nas etapas iniciais da crioulogênese, as variedades autóctones se afastam do superstrato. Ao longo de sua evolução, podem, contudo, caminhar na direção oposta, aproximando-se da língua de referência, em um processo de descrioulização. Constituindo uma das instâncias do contato²⁴ em que a inserção de uma língua oficial padrão pode ocasionar a perda de traços distintivos, esse fenômeno parece “descrever a distância variável entre a estrutura gramatical de diferentes crioulos e o idioma europeu em que se basearam”²⁵ (HOLM, 2004: 2). Por sua legítima diversidade, as comunidades crioulófonas podem ser distribuídas, portanto, em um *continuum*²⁶, variável em função das línguas lexicificadoras. Incluem-se, em seus extremos, os chamados i) basiletos, variedades mais “puras” ou “radicais”, com uma gramática bem distante da língua de superstrato²⁷; e ii) acroletos, vernáculos mais semelhantes às línguas dominantes. Por fim, em uma posição intermediária, enquadram-se os iii) mesoletos.

those who labored in the field. In many cases, such differences led to linguistic continua ranging from second language varieties of the superstrate to highly divergent creoles. Similarly, the creoles that arose in different colonies form a kind of continuum, with more ‘radical’ creoles (...) furthest removed from their lexifiers, and ‘intermediate’ creoles (...) closer”.

²⁴ Segundo Holm (2004), paralelamente às línguas crioulizadas e descrioulizadas, existem sistemas entendidos como parcialmente reestruturados. Reconhecem-se abordagens sobre os dois primeiros grupos desde o século XVIII, apesar de apenas no século XX essas pesquisas se intensificarem. O desenvolvimento de um modelo teórico adequado para o tratamento do último caso, promotor de postulações confiáveis sobre a relação entre a história social de seus falantes e a estrutura linguística emergente de um contexto particular é, contudo, mais complexo já que a origem e o desenvolvimento de línguas parcialmente reestruturadas são as principais lacunas dos estudos a respeito do contato linguístico.

²⁵ Tradução de: “account for the varying distance between the grammatical structure of different creoles and that of the european language they were based” (HOLM, 2004: 2).

²⁶ A proposta de um *creole continuum* é justificada pelo fato de, em algumas das colônias europeias, o processo de crioulização se estender por várias décadas, enquanto em outras não implicar modificações estruturais relevantes, sendo considerado muito rápido ou até mesmo abrupto. É notório salientar, todavia, que nem sempre é fácil inserir os crioulos nesse *continuum* e identificar “a linha que separa as variedades entre si e do acroleto”. Ademais, é difícil determinar quais características das variedades mais basiletas são inovações motivadas por influências externas e quais refletem a variação inerente à gramática (cf. WINFORD, 2003: 354).

²⁷ Perspectivas mais tradicionais (cf. MUYSKEN; SMITH, 1995) sugerem que crioulos radicais ou basiletos não se submetem a mudanças regulares, nem tampouco se adequam aos parâmetros utilizados pela linguística histórica, enquanto McWhorter (1998) os insere entre formas prototípicas. Para Mufwene (2001; 67), o estabelecimento de protótipos limita os crioulos “radicais” a um simples grupo dentro das línguas autóctones. Além disso, a ausência de algumas das características tipológicas entre os vernáculos que o integram é recorrente (cf. WINFORD, 2003: 308).

Como se verifica, o contexto é prolixo e estabelecer o(s) principal(is) responsável(is) pela formação e difusão de um novo vernáculo não é uma tarefa simples. A próxima seção focaliza sucintamente o assunto, pautando-se em abordagens superstratistas, substratistas, universalistas e gradualistas.

4. CRIOLOGÊNESE: PRINCIPAIS HIPÓTESES

Em linhas gerais, a criologênese envolve fenômenos tanto individuais quanto coletivos (cf. WINFORD, 2003: 333). O processo é entendido por alguns como reestruturação de uma língua alvo e por outros como complexificação de uma variedade emergencial (cf. seção 2). Seja qual for a interpretação, o objetivo central da criolística atual tem sido determinar as contribuições das línguas de superstrato e de substrato, além dos universais linguísticos, na formação dos sistemas. A fim de resolver tal impasse, abordagens de cunho superstratista, substratista, universalista e gradualista salientam, respectivamente: i) a língua do colonizador; ii) as línguas dos colonizados; iii) a faculdade da linguagem, inata a todo ser humano e iv) a evolução contínua da gramática crioula (cf. BANDEIRA, 2017: 107).

Considera-se o modelo monogenético o mais extremo da vertente superstratista. Nele, parte-se do pressuposto de que, entre os séculos XV e XVIII, negociantes, contrabandistas e comerciantes utilizavam uma língua de trabalho, cujo léxico era composto majoritariamente por itens do Português (cf. MUYSKEN; SMITH, 1995: 9). Os escravos teriam aprendido o código nos espaços de maior isolamento (ilhas, fortes e navios) e o levavam consigo para as plantações. As línguas crioulas seriam classificadas como falares resultantes de um ancestral comum, provavelmente um *pidgin* português, a que, posteriormente, se acrescentaram elementos de outras línguas europeias. A suposta semelhança entre elas decorreria de sua natureza não complexa, de sua simplicidade e do código subjacente a todas (cf. MUYSKEN; SMITH, 1995: 9-10), o que justificaria, por exemplo, a recorrência de um inventário específico e de uma ordem fixa para tempo, modo e aspecto (TMA) (cf. THOMPSON, 1961; TAYLOR, 1963, 1971).

Trabalhos mais recentes têm, contudo, revelado a falta de evidências linguísticas e históricas para a teoria monogenética (cf. WINFORD, 2003: 326). Mesmo enfatizando a importância das línguas europeias na formação de crioulos, as demais hipóteses superstratistas não se limitam a um único código fundador, acreditando na ocorrência de estratégias de simplificação no discurso destinado a falantes não nativos ou na aprendizagem precária da segunda língua (*baby talk*). Grosso modo, se, na teoria de fala estrangeira, a proximidade entre as línguas autóctones reflete princípios universais regulares na aprendizagem de línguas, na teoria de *baby talk*, a justificativa está no *input* simplificado, isto é, na ocorrência

de adaptações reducionistas no diálogo entre falantes nativos e não nativos. Conforme ressalta Muysken; Smith (1995: 10), seja qual for a diretriz, os superstratistas fundamentam-se na aquisição imperfeita da segunda língua, classificando os crioulos como “estágios fossilizados na sequência de uma aprendizagem linguística” (BANDEIRA, 2017: 109). Em consonância com Bandeira (2017: 109), defende-se o caráter obsoleto dessas hipóteses, não só por desconsiderarem a quantidade de línguas crioulas do mundo (o que torna a hipótese monogenética infundada), mas também por sustentarem a ideia de uma pseudossimplicidade linguística.

Em oposição aos superstratistas, Mufwene (1996: 87) afirma a influência superior de línguas faladas pelos escravos africanos, na formação dos crioulos. Os novos vernáculos seriam levados para as plantações da região atlântica nos estágios críticos iniciais. Uma das hipóteses da vertente substratista é chamada de “princípio fundador” e se propõe a esclarecer o modo como os falares da primeira população das colônias em que os crioulos surgiram interferem na predeterminação de suas características estruturais (cf. MUFWENE, 2001: 45). Priorizam as marcas dos povos fundadores de uma comunidade, por serem as mais antigas empregadas por um maior contingente de falantes. Ademais, tal herança linguística seria transmitida entre os descendentes, sendo preservada ao longo do tempo (cf. MUFWENE 2001: 28-29; FREITAS, 2016: 169).

O conceito de efeito fundador, postulado pela genética de populações, remete ao desprendimento de um pequeno grupo em um maior: na tentativa de colonizar novos espaços, trazem consigo parte da diversidade existente na camada emergente. Linguisticamente, variedades mais diversas tenderiam a se aproximar da origem, ao passo que aquelas mais semelhantes se distanciariam (cf. BOUCKAERT et al., 2012). Para Mufwene (1996: 84), aos criadores da comunidade de fala, utentes tanto de superestrato quanto de substrato, atribuir-se-ia um papel mais relevante, no que diz respeito à seleção de componentes estruturais ao longo da formação da língua de contato. Compartilhando essa possibilidade, Bandeira (2017: 110) salienta:

na fase de plantação, (...) a parcela recém-chegada, pela demanda do regime escravocrata, buscava aprender a língua local da melhor forma possível, não planejando, por conseguinte, falar conforme os princípios de suas línguas nativas ou quaisquer outras faladas antes (...). Logo, a fala da população fundadora se torna alvo desse contingente. Como consequência, os recursos linguísticos já empregados pela população fundadora tornam-se suscetíveis de serem transmitidos por meio de seleções e adaptações sucessivas, o que define a evolução gradual de novas línguas.

Se a variedade de superestrato aos poucos foi apropriada por falantes de múltiplas origens, há de se reconhecer a influência dos falares desses naquela, “da

mesma maneira como diversas línguas não crioulas foram influenciadas por outras em suas histórias” (BANDEIRA, 2017: 110). Quando as variedades de substrato interferem decisivamente na seleção entre as opções disponíveis na de superstrato, verifica-se um processo de reorganização do código. Por conseguinte, a maioria dos componentes escolhidos para compor o inventário das línguas crioulas se originaria de ambas (cf. MUFWENE, 2001: 232): os crioulos surgiriam de tentativas dos colonizados de falar a língua de superstrato e de adaptações das duas partes envolvidas no cenário de contato (cf. MUFWENE, 1996, 2001). Decorreriam de experiências das populações coexistentes: tentando se comunicar na língua dos colonos não dominada por quase todos, passariam a adotar um meio de comunicação interétnico (cf. MUFWENE, 2001: 51).

Em dissonância com as perspectivas supracitadas, há análises descritivas sobre as estruturas dos crioulos fundamentadas nos mecanismos inatos da faculdade humana da linguagem. Sob esse ponto de vista,

aquelas características da gramática (...) que surgem via processos internos e não tem contraparte (...) nas fontes de substrato e superstrato (...) podem ser devidas tanto à criatividade no próprio processo de formação do crioulo, quanto a mudanças subsequentes internamente motivadas. Em ambos os casos, as crianças podem ter desempenhado um papel vital²⁸ (WINFORD, 2003: 348).

Dentre outras interpretações da corrente universalista, sobretudo inatista, salienta-se a teoria do Bioprograma, por propor que os crioulos resultariam essencialmente de criações infantis, após a aquisição de um *pidgin* corrompido, desenvolvido por adultos nos estágios iniciais de colonização (cf. BICKERTON, 1981). Elas teriam acesso a um código incompleto, deficiente, transmitido pela população adulta com mínimo ou nulo acesso a falantes nativos da língua de superstrato. O *input* recebido seria desprovido de estruturas suficientes para atuar como língua natural e ser transformado em uma língua completa, através, exclusivamente, das capacidades linguísticas inatas das crianças.

De acordo com Muysken; Smith (1995: 11 *apud* BANDEIRA, 2017: 112), apesar de substratistas admitirem a atuação de alguns dos mecanismos inatos descritos na teoria do Bioprograma, Bickerton rejeita qualquer influência do substrato na formação dos crioulos. Sobre o assunto, Holm (2000: 64) ratifica que a exclusão na íntegra do papel do substrato suscita um maior esforço da cor-

²⁸ Tradução de “those features of creole grammar (...) that arise via internal processes and have no counterparts in (...) substrate or superstrate sources (...) may be due either to creativity in the process of creole formation itself, or to subsequent internally motivated change. In both cases, children may have played a vital role”.

rente substratista para demonstrar a relevância das línguas africanas na emergência dos múltiplos falares distribuídos pelo Atlântico. Por essas e outras razões, atualmente, tem-se refutado o extremismo da hipótese do Bioprograma e defendido que os princípios da gramática universal atuam em todas as etapas do desenvolvimento, se apresentando desde a fase inicial *pidgin* até os últimos estágios. Cabe-lhe, todavia, “restringir o processo de reestruturação pelo qual *inputs* do superstrato e do substrato dão forma a uma gramática viável”²⁹ (WINFORD, 2003: 347).

Se os superstratistas se pautam em conceitos ultrapassados, substratistas não apresentam dados empíricos para explicar as semelhanças estruturais entre as línguas de contato e universalistas falham ao desconsiderarem qualquer influência social, uma característica inerente a todas as línguas. Propostas gradualistas, por seu turno, preocupam-se em explicar a estabilidade da gramática das línguas crioulas, em meio às variantes em competição, introduzidas por diferentes indivíduos ou grupos de falantes (cf. WINFORD, 2003: 345). Afirmam que o regime de plantação intensificava as demandas comunicativas, pois os escravos recém-chegados não conheciam a língua comum. Daí, resultariam sistemas de comunicação improvisados. Alguns deles se expandiriam, a partir do uso contínuo, e se estabilizariam como crioulos. Trata-se de um processo gradual em que crianças e adultos obedecem a princípios da gramática universal que orientam a construção do novo código. Ao adquirirem a língua alvo como segunda língua, “adultos introduzem padrões inovadores na ecologia (...) das línguas dos aprendizes, enquanto as crianças via aquisição de uma primeira língua, desempenham um importante papel na reestruturação das inovações dos adultos (e suas próprias) em uma gramática estável”³⁰ (DEGRAFF, 1999b: 494). Para Winford (2003: 346), nos espaços em que os substratos coexistentes convergem, a gramática da língua emergente apresenta muitos traços da L1. Sobre a influência do substrato nos crioulos do Golfo da Guiné, Hagemeyer (2011: 36) adverte: “é previsível que um substrato relativamente homogêneo e cada vez menos o modelo do superstrato, devido à mudança gradual em direção à sociedade de plantação, favoreça a introdução de características do substrato (mais específicas)” (cf. SINGLER, 1988; THOMASON; KAUFMAN, 1988: 157-8).³¹ As paridades entre as estruturas se-

²⁹ Tradução de “to constrain the processes of restructuring by which superstrate and substrate inputs are shaped into a viable grammar”.

³⁰ Tradução de “adults introduce innovative patterns into the (...) ecology of language learners, whereas children, via L1A (first language acquisition), play a key role in restructuring adults’ (and their own) innovations into stable grammars”.

³¹ Tradução de “it is predictable that a relatively homogeneous (founder) substratum and increasingly less access to the superstrate model due to the gradual shift towards a plantation society

riam, portanto, produto de um contexto social comum, e não, de aspectos cognitivos ou das línguas de substrato (cf. MUYSKEN; SMITH, 1995: 11).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

É evidente que alguns aspectos relativos ao convívio entre distintos falares são relevantes para descrever realidades multilíngues. No entanto, por se tratar de contextos plurais e ao mesmo tempo singulares, acredita-se que as línguas autóctones ali faladas não decorreriam, exclusivamente, das variedades de superstrato e de substrato ou de mecanismos linguísticos universais disponíveis a qualquer falante em uma faculdade inata. Na verdade, podem derivar da atuação conjunta de todos os fatores, de elementos sociais e das “histórias dos indivíduos (...) obrigados a aprender um código enquanto (...) cativos, alijados de seus direitos mais básicos” (BANDEIRA, 2017: 113). Os utentes seriam responsáveis pelo desenvolvimento dos vernáculos emergentes em sistemas de comunicação plenos (e não ‘simples’), diferentes daqueles envolvidos no contato. O processo compreende vários *inputs* e estratégias de reestruturação, mas a maioria das teorias sobre a crioulogênese tendem a se limitar a aspectos específicos. Assim, é um desafio para os estudos contemporâneos integrar essas considerações por vezes paradoxais em uma abordagem coerente sobre a origem dos crioulos (cf. WINFORD, 2003: 340).

REFERÊNCIAS

- AFONSO, H. L. *Interferências linguísticas: um contributo para o ensino da língua portuguesa em S. Tomé e Príncipe*. 2009. 184f. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) – Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2009.
- ARAUJO, G. A. Empréstimos recentes do Português, variação fonética e a sílaba na língua são-tomense da ilha de São Tomé. *Papia*, São Paulo, v. 17, p. 55-66, 2007.
- ARAUJO, G. A. *Três textos em Papiamentu clássico*. 2011. Tese (livre-docência em Filologia e Língua Portuguesa) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.
- ARENDS, J. The socio-historical background of creoles. In: ARENDS, J.; MUYSKEN, P.; SMITH, N. (Eds.). *Pidgins and creoles: an introduction*. Amsterdam/Filadélfia: John Benjamins Publishing Company, 1995. p. 15-24.
- BANDEIRA, M. *A adaptação de empréstimos recentes no Papiamentu moderno*. 2013. 234f. Dissertação (Mestrado em Filologia e Língua Portuguesa) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

favour the introduction of (more and specific) substrate-induced features (e.g. Singler 1988; Thomason & Kaufman 1988: 157-8).

- BANDEIRA, M. *Reconstrução fonológica e lexical do protocioulo do Golfo da Guiné*. 2017. 437f. Tese (Doutorado em Filologia e Língua Portuguesa) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.
- BICKERTON, D. *Roots of language*. Ann Arbor: Karoma, 1981.
- BICKERTON, D. Creole languages and the bioprogram. In: NEWMAYER, F. J. (Ed.). *Linguistics: The Cambridge survey*. v. 11; *Linguistic Theory: extensions and implications* Cambridge. Cambridge: Cambridge University Press, 1988. p. 268-284.
- BOUCKAERT, R. *et al.* 2012. Mapping the origins and expansion of the indo-european language family. *Science, USA*, v. 337, p. 957-960, 2012.
- BUREN, P. Are there principles of universal grammar that do not apply to second language acquisition? In: JORDENS, P.; LALLEMAN, J. (Eds.). *Investigating second language acquisition*. Berlin: Mouton de Gruyter, 1996. p. 187-207.
- DEGRAFF, M. Creolization, language change and language acquisition: an epilogue. In: DEGRAFF, M. (Ed.). *Language creation and language change: creolization, diachrony and development*. Cambridge, MA: MIT Press, 1999b. p. 473-543.
- DEGRAFF, M. Language acquisition in creolization and, thus, language change: Some cartesian-uniformitarian boundary conditions. *Language and Linguistics Compass*, New Hampshire, v. 3/4, p. 888-971, 2009.
- FREITAS, S. *Contribuições linguísticas cabo-verdiana e sefardita na formação do Papiamentu*. 2016. 669f. Tese (Doutorado em Filologia e Língua Portuguesa) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.
- HAGEMEIJER, T. The Gulf of Guinea creoles: genetic and typological relations. *Journal of Pidgin and Creole Languages*, v. 26, n. 1, p. 111-154, 2011.
- HOLM, J. *Pidgins and creoles*. Cambridge: Cambridge University Press, 1988.
- HOLM, J. *An introduction to pidgin and creoles*. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.
- HOLM, J. *Languages in contact: the partial restructuring of vernaculars*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.
- LEFEBVRE, C. Relexification in creole genesis revisited: The case of haitian creole. In: MUYSKEN, P.; SMITH, N. (Eds.). *Substrata versus universals in creole genesis*. Amsterdam/Filadélfia: John Benjamins Publishing Company, 1986. p. 279-301.
- LUCCHESI, D.; BAXTER, A.; RIBEIRO, I. (Eds.). *O Português afro-brasileiro*. Salvador: EDUFBA, 2009.
- LUMSDEN, J. S. The role of relexification in creole genesis. *Journal of pidgin and creole languages*, v. 14, p. 225-258, 1999.
- MCWHORTER, J. Identifying the creole prototype: vindicating a typological class. *Language*, Philadelphia: University of Pennsylvania, v. 74, n. 4, p. 788-818, 1998.
- MEILLET, A. *Linguistique historique et linguistique générale*. Paris: Champion, 1921. v. 1.

- MOTA, M. A. C. da. Línguas em contacto e variação. In: FARIA *et al.* *Introdução à linguística geral e portuguesa*. 2. ed. Lisboa: Editorial Caminho, 1996.
- MOTA, J. A.; CARDOSO, S. A. M. Para uma nova divisão dos estudos dialetais brasileiros. In: MOTA, J. A.; CARDOSO, S. A. M. (Eds.). *Documentos 2: Projeto Atlas Linguístico do Brasil*. Salvador: Quarteto, 2006. p. 15-34.
- MUFWENE, S. The development of American Englishes: some questions from a creole genesis perspective. In: SCHNEIDER, E. W. (Ed.). *Focus on the USA [varieties of English around the world]*. Amsterdam: John Benjamins, 1996a. p. 231-264.
- MUFWENE, S. The founder principle in creole genesis. *Diachronica*, v. 13, p. 83-134, 1996b.
- MUFWENE, S. The founder principle in the development of creoles. In: MUFWENE, S. *The ecology of language evolution*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001. p. 25-80.
- MÜLLER, M. *Lectures on the science of language*. London: Longman, Green Longman and Roberts, 1861.
- MUYSKEN, P.; SMITH, N. The study of pidgin and creole languages. In: ARENDS, J.; MUYSKEN, P.; SMITH, N. (Eds.). *Pidgins and creoles: an introduction*. Amsterdam/Filadélfia: John Benjamins Publishing Company, 1995. p. 3-14.
- NASCIMENTO, Fabiane de Mello Vianna da Rocha Teixeira Rodrigues. *O sistema vocálico do Português de São Tomé e o comportamento das vogais médias em contexto pretônico*. 2018.194f. Tese (Doutorado em Letras Vernáculas). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Letras, Rio de Janeiro, 2018.
- OKSAAR, E. Bilingualism. In: SEBEOK, T. A. (Ed.). *Current trends in linguistics*. v. 9; Linguistics in Western Europe. Den Haag: Hague University, 1972a. p. 476-511.
- ORLANDI, E. P. Processo de descolonização linguística: as representações da língua nacional. In: GALVES, C.; GARMES, H.; RIBEIRO, F. R. (Eds.). *África-Brasil: caminhos da língua portuguesa*. Campinas: Editora da Unicamp, 2014.
- PRATAS, F. *O sistema pronominal do caboverdiano (variante de Santiago)*. 2002. 129f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2002.
- SCHMIDT, J. *Die Verwandtschaftsverhältnisse der Indogermanischen Sprachen*. Weimar: Hermann Böhlau, 1872.
- SCHUCHARDT, H. *Ueber des Negerportugiesische von S. Thomé*. Sitzungsberichte Wien, v. 101, n. 2, 1882. p. 889-917.
- SINGLER, J. The homogeneity of the substrate as a factor in pidgin/creole genesis. *Language*, Philadelphia: University of Pennsylvania, v. 64, p. 27-51, 1988.
- TAYLOR, D. The origin of west indian creole languages: evidence from grammatical categories. *American Anthropologist*, Denver, v. 65, p. 800-814, 1963.

TAYLOR, D. Grammatical and lexical affinities of creoles. In: HYMES, D. *Pidginization and creolization of languages*. Gunt: Story, 1971. p. 293-296.

THOMASON, S. G.; KAUFMAN, T. *Language contact, creolization, and genetic linguistics*. Berkeley: University of California Press, 1988.

THOMPSON, R. W. A note on some possible affinities between the creole dialects of the Old World and those of the New. In: POBERT, B. L. *LePage creole language studies: proceedings of the conference on creole language studies*. London: MacMillan, 1961. p. 107-113.

WEINREICH, U. *Languages in contact, findings and problems*. New York: Mouton, 1953.

WEKKER, H. Creolization and the acquisition of English as a second language. In: WEKKER, H. (Ed.). *Creole languages and language acquisition*. Berlin: Mouton de Gruyter, 1996. p. 139-149.

WINFORD, D. *An introduction to contact linguistics*. Oxford: Blackwell Publishing, 2003.